



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

☎ (11) 95446-2020

Nº 12 - 23/3/2024



Carta aos trabalhadores e à juventude oprimida

60 anos do golpe militar e suas consequências para os explorados

Lutar contra o poder da burguesia sob a estratégia revolucionária da classe operária

Combater com o internacionalismo proletário a escalada militar do imperialismo

Esta manifestação objetiva responder à tentativa de golpe fracassado em 8 de janeiro e ao genocídio na Faixa de Gaza. Condena o golpe militar de 1º de abril de 1964, que completará 60 anos. Foi convocada pela CUT, sindicatos, Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo e outros movimentos sociais. Esses acontecimentos, de fato, exigem um posicionamento da classe operária e dos demais explorados. O que não deve se confundir com os objetivos políticos dos partidos e das direções sindicais e populares que a convoca.

O objetivo da “defesa da democracia” em geral não é um objetivo da classe operária, mas da política burguesa. Isso por que a democracia é um regime político de dominação de classe. É oposta à democracia operária. Por meio da democracia, a burguesia e seus partidos exercem a ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria oprimida. Basta ver que todas as medidas econômicas e sociais promovidas pelo Congresso Nacional e pelos governos são contrárias às necessidades mais elementares dos trabalhadores. As contrarreformas trabalhista, previdenciária, tributária, a lei da terceirização, o Marco Temporal, o salário mínimo miserável etc., estão sendo impostos sob a democracia. Aqueles que dizem que a democracia pode servir tanto aos explorados quanto aos exploradores mentem descaradamente. A classe operária e demais trabalhadores não devem se submeter aos partidos que comandam o Estado e, portanto, à democracia burguesa.

A estratégia da classe operária é a de acabar com o poder dos capitalistas. O que implica derrubar o Estado burguês, seus governos e seu aparato militar-policial, por meio da revolução social. Ou seja, implica constituir um Estado operário, regido pela democracia das massas oprimidas. A ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria oprimida será substituída pela ditadura de classe da maioria oprimida sobre a minoria opressora.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, nosso movimento deve se libertar da estratégia burguesa, que, em nome da democracia, mantém o poder econômico da minoria e sua ditadura de classe. Condenamos e lutamos contra os golpes e as tentativas de golpes para substituir a democracia burguesa por um regime antidemocrático e ditatorial.

O Partido Operário Revolucionário (POR) levantou a bandeira de “Abaixo o golpe” diante das manifestações da ultradireita bolsonarista e do 8 de janeiro. A política da classe operária distingue perfeitamente o regime burguês de democracia eleitoral do regime burguês que fecha o Congresso, intervém nos sindicatos, elimina as liberdades democráticas e impõe um governo baseado inteiramente no poder das Forças Armadas.

Em 1964, as Forças Armadas derrubaram o governo nacionalista de João Goulart (PTB). Intervieram nos sindicatos e prenderam as lideranças. A ditadura impôs um regime de terror para se manter diante da resistência da classe operária e das correntes que apoiavam o governo burguês de João Goulart. É bom lembrar que o regime militar esmagou as greves operárias de Osasco (SP) e Contagem (MG), bem como o movimento estudantil. O governo militar prendeu a vanguarda estudantil no Congresso de Ibiúna e fechou a UNE. Eis por que os trabalhadores e a juventude têm de estar à frente da luta contra qualquer golpe ou tentativa de golpe de Estado. O que não significa que tenham de se submeter à política burguesa de sustentação da democracia formal. Aqueles que duvidaram de que esteve colocado um golpe em 8 de janeiro, e que inclusive condenaram o POR pelo fato de ter levantado a bandeira de “Abaixo o Golpe”, agora estão diante da comprovação mais do que patente, dada pelos próprios generais que participaram de reuniões com Bolsonaro para tratar de medidas que impediam a posse de Lula.

Sem dúvida, as diferenças da situação de março de 1964 e as de janeiro de 2023 são consideráveis. No entanto, do ponto de vista histórico, guardam íntimas relações. Não é o caso de entrar em detalhes sobre a conspiração empresarial-militar que sempre está na base dos movimentos ditatoriais. É preciso assinalar que Bolsonaro, os empresários apoiadores e uma fração das Forças Armadas expressam uma política que tem suas raízes no golpe de 1964. Não por acaso, fizeram de tudo para que a Comissão Nacional da Verdade, instituída no governo de Dilma Rousseff em 2011, não fosse minimamente consequente na apuração dos crimes da ditadura militar.

O golpe institucional de 2016 serviu, entre outras ações, para liquidar as investigações sobre as torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos. Os militares recuperaram o terreno perdido no processo de democratização, que conclui com o fim do regime militar em 1985, reconstituindo os órgãos de segurança típicos de uma ditadura militar. Passaram a ocupar cargos-chaves em toda a administração do Estado. Está aí um dos motivos fundamentais da resistência de Bolsonaro e seus generais à entrega da presidência da República a Lula (PT). Uma parcela significativa dos partidos burgueses que constituem o governo de frente ampla foi responsável pela destituição de Dilma Rousseff e pelo fortalecimento dos militares na cúpula governamental.

É sintomático que Lula, em nome da democracia, impediu o restabelecimento do processo aberto pela Comissão Nacional da Verdade e fez um acordo com seus chefes militares para que não se realizassem manifestações governamentais de crítica ao golpe de 1964. Sem dúvida, essa conduta política expõe as debilidades do terceiro mandato de Lula e a subserviência às forças políticas da frente ampla e das próprias Forças Armadas. Os aliados à esquerda, que dirigem centrais sindicais e movimentos, se viram obrigados a realizar este ato à sombra do governo e da democracia oligárquica.

A manifestação multitudinária de Bolsonaro em 25 de fevereiro, na Avenida Paulista, representou uma contraofensiva da ultradireita que vem se reorganizando para se aproveitar da crise política em que se encontra mergulhado o governo da frente ampla. Avançaram as investigações sobre a conspiração golpista, prisões foram decretadas a cerca de 80 participantes da invasão da Praça dos Três Poderes, Bolsonaro teve seus direitos políticos cassados temporariamente e se discute a possibilidade de sua prisão. A ultradireita está pagando pelo seu erro de orquestrar um golpe de Estado sem que as condições políticas e sociais estivessem dadas, como estiveram em 1964. No entanto, continua atuante, alimentando-se da própria decomposição da democracia oligárquica e da incapacidade do governo Lula em resolver as profundas contradições econômicas e sociais que mantêm o Brasil em permanente crise.

No âmbito de sua política nacional-reformista, encarnada pelo PT e aliados de esquerda, se encontra a impossibilidade de reduzir o precipício que separa a minoria burguesa e a maioria oprimida. O assistencialismo governamental não deixa de ser um instrumento para conter a luta dos explorados e permitir a política de conciliação de classes, assumida pelas direções sindicais e populares. O problema está em que

seus efeitos são cada vez mais limitados diante da persistência da alta taxa de desemprego, subemprego e informalidade. O abandono da posição anterior dos governos petistas de recuperar o valor do salário mínimo, ainda que vagarosamente, é a prova de que Lula tem de seguir os ditames dos monopólios e do capital financeiro, que mantêm os governos em suas mãos, valendo-se da gigantesca dívida pública e da diminuta capacidade de intervenção do Estado na economia. A manutenção das contrarreformas de Temer e Bolsonaro evidencia um continuísmo da política econômica, mesmo que modificada neste ou naquele aspecto. Essas contradições têm favorecido as forças políticas da oligarquia, que controlam o Congresso Nacional, ditam os rumos da democracia e abrigam a ultradireita golpista.

O enfrentamento da classe operária e demais trabalhadores à superexploração do trabalho e à pobreza, miséria e fome é o caminho para derrotar as posições da ultradireita e da política burguesa em geral. Este ato não deve se sujeitar à democracia burguesa em nome do combate ao golpismo e à ditadura militar. Deve, sim, se colocar pela defesa das reivindicações democráticas e pelo programa econômico de defesa da vida das massas. Deve levantar a bandeira da democracia operária, que começa por se instalar nos sindicatos e movimentos. O que implica varrer a política de conciliação de classes que submete as organizações dos trabalhadores ao Estado, à democracia e aos partidos burgueses. O que implica conquistar a independência do movimento operário, campo e popular diante das forças políticas que servem ao Estado capitalista.

É muito importante, neste ato, levantar a bandeira de fim imediato da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza e do genocídio do povo palestino. A luta pela autodeterminação da nação oprimida na Palestina é parte da luta geral contra a opressão imperialista exercida em todo o mundo. Palestinos e judeus terão de se unir para acabar com o colonialismo sionista e imperialista. O POR luta nesse terreno sob o programa e a estratégia de uma República socialista na Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Este ato deve exigir das centrais, principalmente da CUT, que rompam a passividade e convoquem imediatamente uma grande manifestação para retomar a luta contra o genocídio.

A guerra na Ucrânia não deve ser esquecida. Continua sendo um fator determinante na crise mundial e na escalada militar. O POR defende o fim imediato da guerra na Ucrânia, que acabe com o cerco militar da OTAN à Rússia, estabeleça uma paz sem anexação, que una a classe operária ucraniana e russa e de toda a Europa contra todo tipo de opressão capitalista. .

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, ocupações e bloqueios!
Que a CUT e as demais centrais rompam a passividade e convoquem uma grande manifestação pelo fim da intervenção sionista na Faixa de Gaza e por uma paz sem anexação na Ucrânia!